



Edital de Pesquisa
Anos Finais do Ensino Fundamental
Adolescências, Qualidade e Equidade na Escola Pública

 Fundação
Carlos Chagas

 Itaú Social

SUMÁRIO EXECUTIVO

Escrever para aprender: diagnose e dispositivo pedagógico para os anos finais do ensino fundamental

Clemilton Lopes Pinheiro
Karine Alves David

A perspectiva segunda a qual se aprende e se pode avançar no conhecimento escolar/acadêmico através da escritura se consolida como uma abordagem disciplinar denominada *Escrita através do Currículo* (do inglês *Writing accross the Curriculum - WAC*), no quadro da pesquisa em didática da escritura na França, no Reino Unido e nos Estados Unidos. Trata-se, em síntese, de um movimento pedagógico que se sustenta na concepção de escritura como competência complexa e multidimensional, vinculada aos saberes disciplinares, e objeto necessário e privilegiado de ensino e aprendizagem. Focaliza-se, portanto, o *escrever para aprender* (a escrita não compositiva, em outros termos) e não apenas o *aprender a escrever*. Como esse tipo de escritura permite ao(às) aluno(a)s explicar os conceitos, os conteúdos das disciplinas fazem sentido e são mais facilmente memorizados e aplicados.

Este trabalho considera que as dificuldades de aprendizagem no contexto específico do ensino fundamental anos finais (6º ao 9º ano), sobretudo no ensino público, estão relacionadas ao problema da nova organização social e didática, da relação com professores especialistas e de novos deveres demandados próprios desse período. Defendemos, nesse sentido, que esse problema pode ser mediado com o trabalho sistemático com a escritura não compositiva (escritura-para-aprender) já que permite ao(às) estudantes assumirem autonomia para lidar com o conhecimento próprio das diferentes disciplinas, por meio das diferentes habilidades desenvolvidas através da escritura.

Nosso **objetivo** é, portanto, *apresentar a proposta de um dispositivo de ensino e narrar a experiência escolar que possibilitou a construção dessa proposta*. O dispositivo, que denominamos *Movimento Escrever para Aprender*, foi desenhado a partir da aplicação de atividades de escritura que exploraram o conteúdo, circunstanciado nos gêneros discursivos, das disciplinas de Matemática, Ciências da Natureza, História e Geografia com aluno(a)s do 6º, 7º e 8º anos. A experiência com a execução das atividades permitiu traçar um diagnóstico sobre a função epistêmica da escritura a partir do grupo de aluno(a)s participantes e sugerir o dispositivo, que pode ser apontado como uma recomendação de política de ensino para os anos finais do ensino fundamental.



Edital de Pesquisa
Anos Finais do Ensino Fundamental
Adolescências, Qualidade e Equidade na Escola Pública

 **Fundação**
Carlos Chagas

 **Itaú Social**

Todo o **processo** foi desenvolvido na Escola Municipal de Tempo Integral Professor Álvaro Costa, mantida pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, e subordinada técnica e administrativamente à Secretaria Municipal de Educação (SME). Participaram, inicialmente, no período de outubro a dezembro de 2019, 72 o(a)s aluno(a)s de duas turmas do 6º ano do ensino fundamental (31 aluno(a)s do 6º ano B e 31 do 6º ano C). Em um segundo momento, março de 2020, participou o mesmo grupo, que havia passado para o 7º ano, e uma terceira turma: o 7º A, com 30 aluno(a)s, o que totalizou 102 aluno(a)s. Esse período foi interrompido pela pandemia de Covid-19. No terceiro momento em que as atividades foram remotas, de setembro a dezembro de 2020, e de março a junho de 2021, participaram 15 aluno(a)s, os quais, na ocasião, já estavam no 8º ano.

As atividades exploraram temas relativos ao conteúdo das disciplinas de Matemática, Ciências da Natureza, História e Geografia, que foram sugeridos pelo(a)s professor(a)s das disciplinas, conforme o planejamento de cada um(a), e os gêneros discursivos foram o que estavam previstos no programa da disciplina de Língua Portuguesa. Foram aplicadas cinco atividades: uma para Ciências da Natureza, duas para Matemática e duas para História.

As atividades foram planejadas para serem executadas em até seis fases: I) contextualização, que compreende uma discussão preliminar sobre o assunto e estudo do comando da atividade, II) planejamento do texto, III) produção de uma primeira versão do texto (um rascunho), IV) intervenção/correção do texto no plano do conteúdo e conseqüente revisão, V) intervenção/correção do texto no plano da forma (organização textual e convenções da escrita) e conseqüente revisão, e VI) escritura da versão final. No entanto, em alguns casos, algumas fases foram mescladas ou não cumpridas. A execução ficou a cargo da professora de Língua Portuguesa das turmas, que também compunha a equipe de pesquisa. A professora contou com o auxílio de dois/duas monitores(a)s.

O(a)s aluno(a)s realizaram um planejamento do texto, em alguns casos em duas fases (planejamento 1 e planejamento 2), escreveram uma primeira versão do texto (versão inicial), que passou por até dois tipos de revisão (revisão 1 e revisão 2), e, finalmente, escreveram a versão final. Todo esse processo reuniu, em cada atividade, um conjunto de produções, que constituem o registro/produto das diferentes etapas do processo de escritura.

Os textos foram analisados com o intuito de construirmos hipóteses sobre a maneira como o(a)s aluno(a)s escrevem, os caminhos que percorrem no ir e vir do processo de criação textual. Com base nesse conhecimento, construímos também hipóteses sobre a maneira como o(a)s aluno(a)s mobilizam o conhecimento das disciplinas para obtermos sinais sobre o processo de aprendizagem.

A análise de operações de escritura mobilizados pelo(a)s aluno(a)s (substituições, exclusões, inserções e deslocamentos) mostrou que eles/elas realizam modificações de grande amplitude no texto, de uma versão a outra, as quais modificam a fisionomia geral do tema. Nesse sentido, é pos-



Edital de Pesquisa
Anos Finais do Ensino Fundamental
Adolescências, Qualidade e Equidade na Escola Pública

F Fundação
Carlos Chagas

Itaú Social

sível pensar na presença de um trabalho de pensamento pela escritura, ou seja, uma atividade de reflexão sobre o assunto (um conteúdo de uma disciplina). Com base nessa constatação, podemos supor que essa atividade de reflexão está associada ao processo de aprendizado.

As operações de escritura ainda permitiram ao(às) aluno(a)s chegarem a uma versão do texto que apresenta unidade organizacional mais eficiente (introdução e desenvolvimento sequencial e lógico), quando comparada com a versão inicial cuja organização da informação parece bastante incipiente. Evidencia-se, nesse caso, também um aprendizado no que diz respeito à própria conceptualização de texto e de escritura.

A performance do(a)s aluno(a)s nas atividades e a análise dos textos apontaram um **resultado** muito promissor: as atividades funcionaram como um espaço no qual o(a)s aluno(a)s foram estimulados a atuarem como aprendizes ativos e a criarem hábitos de pensamento, de estudo e de escritura. Em outras palavras, aprenderam a escrever, e, ao mesmo tempo, geraram conhecimento através da escritura. A ocasião mostrou-se, portanto, altamente propícia para o aprendizado.

Com base na experiência com as atividades, concebemos e propomos o dispositivo *Movimento Escrever para aprender* cujo propósito é explorar sistematicamente as funções epistêmica e retórica da escritura em um espaço especial de ensino-aprendizagem complementar ao programa das disciplinas escolares. Sugerimos que esse espaço passe a ser uma disciplina integrada ao mapa curricular dos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano) cuja natureza é ajudar o(a)s aluno(a)s a melhorarem sua escritura e a desenvolverem as competências requeridas pelas disciplinas escolares.

O *Movimento Escrever para Aprender* fica a cargo de um(a) docente da área de Linguagens e Códigos, preferencialmente especialista em Escrita, o qual deve propor um plano global de estudo, planejar e executar uma sequência didática para as atividades de escritura, de forma colaborativa com o(a)s docentes das demais disciplinas da Base Comum. Esse(a)s docentes definem os aspectos da atividade, como o tema, que pode ser proposto com base, por exemplo, nas dificuldades do(a)s aluno(a)s, identificadas durante as aulas, o gênero discursivo (com base no programa de Língua Portuguesa ou com base no rol de gêneros discursivos que circulam no contexto da disciplina), as leituras complementares, e discutem o andamento e avaliam a execução de cada fase da sequência.

Propomos um esquema de sequência didática composto por três etapas: contextualização, planejamento ou ensaio, textualização. A contextualização é a etapa de orientação da tarefa em que se exploram os parâmetros do comando da atividade como o tema, o propósito e o destinatário do texto a ser produzido. Na etapa de planejamento explora-se a habilidade de recuperar as ideias e informações discutidas na etapa de contextualização e se propõe um plano de texto. A textualização é a etapa de transpor as ideias selecionadas e organizadas no plano de texto, dar forma a



Edital de Pesquisa
Anos Finais do Ensino Fundamental
Adolescências, Qualidade e Equidade na Escola Pública

 **Fundação
Carlos Chagas**

 **Itaú Social**

essas ideias e realizá-las no plano da escritura. A primeira etapa da textualização é o esboço onde o texto deve ganhar um primeiro contorno. A segunda etapa é a revisão desse rascunho, momento em que o(a) aluno(a) deve se colocar na posição de leitor e atuar sobre seu próprio texto, para reelaborar conceitos e modificar estruturas, adicionando, suprimindo ou reorganizando informações. Por fim, a edição é o processo de finalizar o texto e entregar uma versão definitiva.

Apesar de ter sido concebido em uma situação específica, o *movimento escrever para aprender* pode ser replicável em escolas situadas em contextos institucionais e socioculturais distintos, sob uma única condição: a disposição de professore(a)s e gestore(a)s e o apoio institucional para o trabalho colaborativo entre áreas e disciplinas. Nesse sentido, o dispositivo apresenta potencial para compor recomendações oficiais para o ensino, seja em projetos pedagógicos de escolas, seja nos documentos norteadores de política de ensino de secretarias de educação municipais ou estaduais.

Todo o processo que nos permitiu chegar à concepção desse dispositivo revelou uma situação que não constitui novidade sobre as difíceis condições de ensino de grande parte das escolas públicas brasileiras sobretudo aquelas localizadas em áreas de grande vulnerabilidade social. Encontramos uma escola com infraestrutura precária de funcionamento e foi preciso criar um espaço apropriado para a execução das atividades: um laboratório de escritura, amplo, climatizado, com computadores, impressora multifuncional, material escolar suficiente, e a capacitação de uma equipe de trabalho especializada. Apesar de termos criado o espaço físico e as condições apropriadas de trabalho, encontramos dificuldades, em todas as etapas. Sem o espaço e as condições apropriados, o trabalho teria sido muito mais difícil, com grande comprometimento dos resultados. Com base nisso, pensamos que a discussão sobre melhorias na qualidade de ensino passa, antes de tudo, pelas considerações das condições materiais e humanas das escolas. Reconhecemos que se trata de um truísmo, mas queremos reafirmar que propor boas práticas de ensino teórica e metodologicamente bem fundamentadas contribuem para a melhoria da qualidade de ensino, mas não é suficiente.

Essa discussão, na verdade, não está no escopo deste trabalho, mas julgamos pertinente trazê-la, porque a **conclusão** a que chegamos no que diz respeito a uma proposta para melhorias de qualidade de ensino não podem ser desvinculadas das políticas de melhorias estruturais do sistema público de ensino.